

## Bolsonaro sanciona Orçamento com fundo eleitoral de R\$ 2 bi

Marcos Corrêa/PR



Bolsonaro manteve fundo eleitoral aprovado  
Marcos Corrêa/PR

O presidente Jair Bolsonaro sancionou sem vetos a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020. O anúncio foi feito nesta sexta-feira (17/1), pouco antes das 23h, pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral de Governo, Jorge Oliveira.

A expectativa é que a publicação saia no *Diário Oficial da União* de segunda-feira (20). O Orçamento, o primeiro elaborado durante a gestão de Bolsonaro, foi sancionado com o fundo de R\$ 2 bilhões para o financiamento de campanhas eleitorais.

Com previsão de receitas e despesas totais de R\$ 3,687 trilhões para 2020, a LOA foi aprovada em 19 de dezembro pelo Congresso. O texto tinha até 30 dias para ser sancionado.

O Orçamento deste ano destina R\$ 2.375,8 trilhões para o Orçamento Fiscal, R\$ 1.189,7 trilhão para a Seguridade Social, e R\$ 121,4 bilhões para os investimentos das estatais. Para a rolagem (renovação) da dívida pública, estão reservados R\$ 917,1 bilhões.

A LOA projeta cotação média do dólar a R\$ 4 e crescimento de 2,32% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país). A inflação oficial pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), está prevista em 3,53% neste ano. A meta da taxa de juros básica, a Selic, é de 4,40%. A meta fiscal para o déficit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) ficou em R\$ 124,1 bilhões, ante R\$ 139 bilhões em 2019.

Este será o quarto exercício financeiro consecutivo de cumprimento da emenda constitucional do teto dos gastos, que limita o crescimento das despesas públicas pelos próximos 20 anos. Em 2020, as despesas primárias não poderão ultrapassar R\$ 1.454.470,30.

Para este ano, o Orçamento estima déficit da Previdência em R\$ 326,1 bilhões, o equivalente a 4,3% do PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas no país). Desse total, R\$ 241,2 bilhões

correspondem ao déficit da Previdência Social, que engloba os trabalhadores da iniciativa privada e das estatais; R\$ 43 bilhões do regime dos militares e R\$ 41,8 bilhões do regime próprio dos servidores públicos federais civis. *Com informações da Agência Brasil.*

**Date Created**

18/01/2020